



MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO
Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT

**Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do
Sul do Amapá**
(versão preliminar)

Consultora Territorial: Liane Brito

Dezembro de 2006

APRESENTAÇÃO

O Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, tem por objetivo **promover o planejamento, a implementação e a autogestão do processo de desenvolvimento sustentável dos territórios rurais e o fortalecimento e dinamização da sua economia**. Seus eixos estratégicos são: **a gestão social dos territórios; o fortalecimento do capital social; a dinamização das economias; a articulação interinstitucional**.

A gestão social, compreendida como um processo de gerir assuntos públicos, requer forte participação para construção de pactos de concertação social entre os diversos atores. Esses pactos então, devem ser detalhados em um plano de desenvolvimento negociado; na construção de institucionalidades que representem espaços de compartilhamento do poder e responsabilidade das entidades.

A idéia é estimular a participação na gestão social do território, para que cidadãos e cidadãs tenham espaço para expressar opiniões e sugestões, participando diretamente das diversas iniciativas, recebendo informações pertinentes quanto aos resultados e avanços obtidos. Participar da gestão é principalmente contribuir para o processo de decisão sobre as questões estratégicas do desenvolvimento, pois, é nele que o indivíduo reforça sua auto-estima, posicionando-se como sujeito, vivenciando uma dimensão essencial da cidadania.

Para tanto, propõe-se a construção do Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável – PTDRS, entendido como um conjunto organizado de diretrizes, estratégias e compromissos relativos às ações que serão realizadas no futuro visando ao desenvolvimento sustentável nos territórios, resultante de consensos compartilhados dos atores sociais e o Estado, nas decisões tomadas no processo dinâmico de planejamento participativo.

O plano busca o desenvolvimento integral do território que não deve estar focado apenas nas políticas públicas praticadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA ou pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, mas deve ser muito mais abrangente. Deve integrar uma visão mais ampla do território, projetando todas as ações necessárias ao seu processo de desenvolvimento sustentável, independentemente das fontes de financiamento ou parcerias a serem formadas, sejam elas de natureza pública ou privada, dentro ou fora do espaço territorial.

O Ministério do Desenvolvimento Agrário através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial dividiu o território Nacional em territórios prioritários. No Estado do Amapá existem 03 territórios rurais, totalizando 10 municípios. São eles:

- ◆ **Território Centro Oeste:** Ferreira Gomes, Pedra Branca do Amaparí, Porto Grande e Serra do Navio.
- ◆ **Território dos Lagos:** Amapá, Pracuúba e Tartarugalzinho.
- ◆ **Território Sul do Amapá:** Mazagão, Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí.

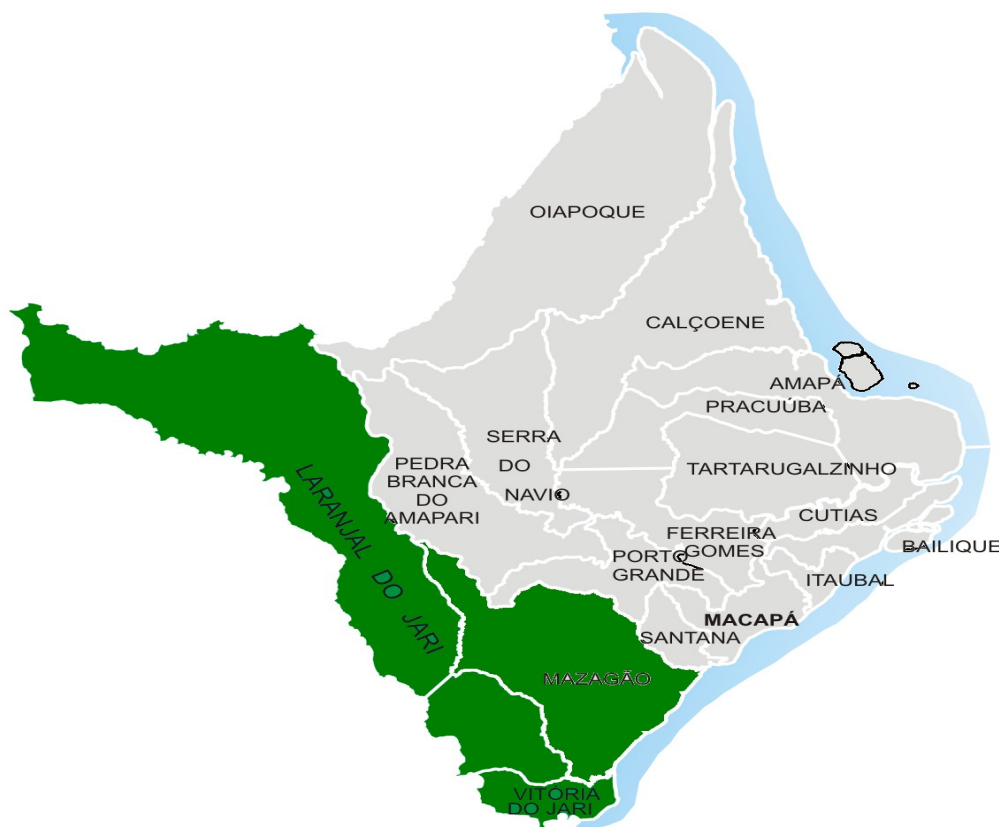
Neste documento estará sendo construído o **Plano Territorial do Sul do Amapá**, tendo na primeira parte a apresentação de um Diagnóstico Geral e na segunda parte a planificação das ações prioritárias.

PARTE I - DIAGNÓSTICO

1. ASPECTOS GERAIS E HISTÓRICOS

O Território Sul do Amapá é composto por três municípios que são: Laranjal do Jarí, Mazagão e Vitória do Jari. Estes municípios ocupam uma área de 46.787,9 km², o que representa pouco mais de 30% da área total do Estado (143.453,71 km²). Sua população em 2000, era de 49.061 mil habitantes, ou pouco mais de 10% do total do Estado, sendo que destes, 9.417 mil habitantes ocupavam a área rural, representando cerca de 20% da população total do território. O grande predomínio de população urbana ocorre principalmente no município de Laranjal do Jarí.

Mapa 01 – Municípios que compõem o Território Sul do Amapá



Fonte: Governo do Estado do Amapá – Plano de Desenvolvimento

O município de Laranjal do Jarí foi criado em 17 de dezembro de 1987, tendo suas origens ligadas a episódios da história de colonização do rio Jari e, mais recentemente, às influências socioeconômicas decorrentes da implantação e funcionamento do Projeto Jari Florestal. Devido a isso, o município ainda hoje convive com situações contraditórias, ora se defrontando com a busca de nova identidade produtiva, ora com soluções de

problemáticas estigmatizadas, traduzidas pelas precárias condições de vida das palafitas ainda presentes na cidade.

O município de Mazagão foi criado em 28 de novembro de 1890 e tem suas origens ligadas a vila de Mazagão Velho, fundada em 1770 em cumprimento à ordens da coroa Portuguesa de abrigar 163 famílias de colonos portugueses oriundos de Castelo Mazagan, no Marrocos. Em sua área estão localizadas duas importantes unidades de conservação, a Reserva Extrativista do Rio Cajari e a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Rio Iratapuru, que atendem a um novo modelo de desenvolvimento econômico cuja principal atividade econômica é o extrativismo da castanha-do-brasil.

O município de Vitória do Jarí é o mais novo do Estado, foi criado pela lei n.º171 de 8 de setembro de 1994, sendo desmembrado do município de Laranjal do Jarí. Fica a cerca de 280 km da capital, Macapá e o acesso ao município dá-se pela BR-156 até Laranjal, atravessando uma balsa até o distrito de Monte Dourado no Pará para então atravessar outra balsa até o município. Vitória do Jarí possui florestas densas e de formação pioneira, que apresentam grande potencial madeireiro e abrigam numerosas espécies nobres, além de castanha-do-brasil, seringueira e essências florestais.

Sua economia é baseada no extrativismo, na agricultura de subsistência e nos empregos gerados pelo projeto Jarí, cuja fábrica de celulose – FACEL, atual Orsa Celulose do Grupo Orsa, localizada em frente a sede do município. Possui recursos naturais diversificados, dentre eles a existência do caulim explorado pela Companhia Caulim da Amazônia – CADAM, que foi comprada pelo grupo Vale do Rio Doce.

**Tabela 1 – População Total em 1991, e 2000, Contagem 1996
no Território Sul do Amapá.**

Municípios	Área (Km²)	População Residente 1991	População Residente – Contagem 1996	População Residente 2000	População Urbana	População Rural
Laranjal do Jari	31.170,3	21.372	29.904	28.515	26.792	1.723
Mazagão	13.189,6	8.911	11.353	11.986	5.972	6.014
Vitória do Jari	2.428,0	-	-	8.560	6.880	1.680
Total do Território	46.787,9	30.283	41.257	49.061	39.644	9.417
ESTADO	143.453,71	289.397	379.459	477.032	424.683	52.349

Fonte: Censo IBGE-1991, 2000, Contagem Populacional 1996. IBGE/AP

2. ASPECTOS SÓCIO ECONÔMICOS

2.1 Índice de Desenvolvimento Humano – IDH

O IDH foi criado para medir o nível de desenvolvimento humano dos países a partir de indicadores de educação (alfabetização e taxa de matrícula), longevidade (expectativa de vida ao nascer) e renda (PIB per capita). Seus valores variam de 0 (nenhum desenvolvimento humano) a 1 (desenvolvimento humano total). Países com IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano baixo; com índices entre 0,500 e 0,799 são considerados de desenvolvimento humano médio; e com índices maiores que 0,800 são considerados de desenvolvimento humano alto.

Como os municípios do território são de formação muito recente, apenas Mazagão possui IDH calculado desde 1970. De acordo com os critérios classificatórios, apenas no componente Longevidade Mazagão se aproxima dos índices do País.

Tabela 3 - Indicadores de Desenvolvimento Humano

Município	IDH - M			IDH-M por componente								
				Longevidade			Educação			Renda		
	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991	1970	1980	1991
Laranjal do Jarí	-	-	0,583	-	-	0,613	-	-	0,510	-	-	0,627
Mazagão	0,323	0,510	0,444	0,436	0,531	0,613	0,284	0,435	0,385	0,250	0,564	0,335
Vitória do Jari	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Estado	0,509	0,614	0,767									
País	0,462	0,685	0,742	0,440	0,531	0,638	0,501	0,577	0,645	0,444	0,947	0,942

Fonte: PNUD/IPEA/Fundação João Pinheiro-2000.

3 – CONDIÇÕES AMBIENTAIS

O Estado do Amapá, com seus 143.453 km² de área, dispõe de uma cobertura vegetal basicamente constituída de duas grandes formações: a campestre que representa aproximadamente 8,8% do Estado incluindo cerrado e campos de várzea inundáveis e a florestada que dos 91,2% restantes, possui 103.081,58 km² constituído por floresta densa de terra firme. O território Sul do Amapá possui uma grande área ocupada por florestas e duas Reservas Extrativistas.

As florestas se caracterizam por um elevado potencial de produtos madeireiros e não-madeireiros. Neste último se destacam as espécies florestais oleaginosas (castanha-do-Brasil, andiroba, copaíba, pracaxi, entre outras), resiníferas (breu, látex), cipós (titica e cebolão) e açai (fruto e palmito), cujos usos baseiam-se no extrativismo. Em alguns casos pode-se observar uma extração intensiva, como por exemplo, o cipó titica que possui grande demanda pela indústria moveleira em outros Estados.

O Governo do Estado do Amapá possui uma proposta que foi apresentada ao Governo Federal para a criação de Florestas Estaduais de Produção, que objetivam proporcionar ao Estado, uma atuação ativa na administração do seu patrimônio florestal, através de modelos de concessão de uso, que possibilitarão maior segurança aos investidores, menor custo na imobilização de capital em terras e impostos rurais, redução ou eliminação de conflitos fundiários e facilidades de acesso ao mercado de produtos certificados.

PARTE II

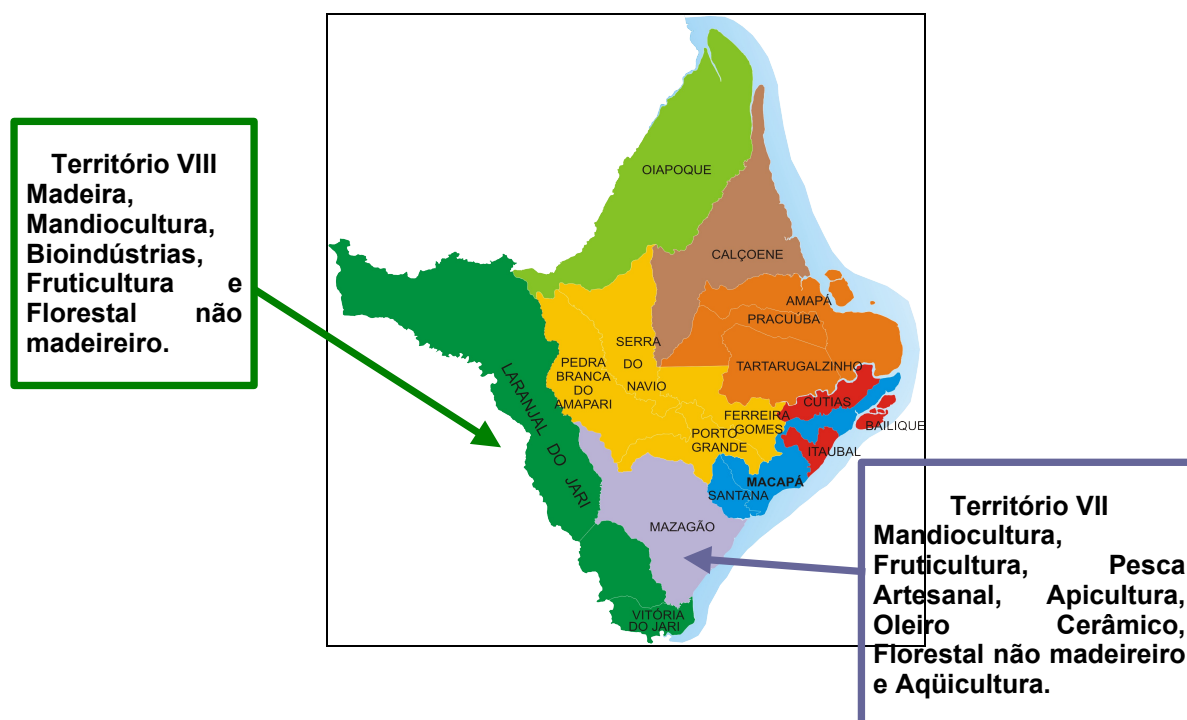
II.1 PROPOSTAS PRIORITÁRIAS PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

O governo do Estado elaborou o Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo com o objetivo de selecionar as atividades produtivas georeferenciadas, capazes de induzir à constituição de Pólos de Desenvolvimento que deverão receber estímulos e apoios focados visando alavancar a economia do Estado do Amapá.

O Plano está focalizado na implementação de ações interinstitucionais integradas de curto, médio e longo prazos, voltadas para a criação de um ambiente favorável para o surgimento e consolidação de micros, pequenos, médios e grandes empreendimentos, com base nas vocações, vantagens comparativas e competitivas e nas potencialidades naturais do Estado do Amapá através do estabelecimento de arranjos produtivos locais - APL .

Nesse sentido, foram definidos os seguintes Arranjos Produtivos Locais - APLs prioritários para o território Sul do Amapá são:

Mapa 02 – Arranjos Produtivos Locais do Território definidos pelo GEA.



Fonte: Plano de Desenvolvimento Integrado Amapá Produtivo. Secretaria Especial de Desenvolvimento Econômico e Secretaria Especial de Desenvolvimento da Gestão – GEA, 2005.

II.2 EIXOS AGLUTINADORES PARA O DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

Na 1º Oficina Territorial houve a definição de eixos prioritários para o desenvolvimento do território que ficaram organizados por dimensões chamadas de eixos aglutinadores (Social, Ambiental, Infra-estrutura, Econômica) e por temas prioritários em cada eixo/dimensão, conforme listado abaixo:

ECONÔMICO	SOCIO CULTURAL	AMBIENTAL	POLÍTICO INTITUCIONAL
Infra-Estrutura Básica; Revitalização dos Castanhais; Artesanato (Aproveitamento); Turismo Agro-Ecológico (Agregar valores).	Educação no Campo; Folclore/Revitalização; Fortalecimento do Associativismo/Cooperativismo.	Reativação do Seringal; Revitalização dos Castanhais; Plano de Manejo dos Produtos Florestais.	Assistência-Técnica (Estruturação/Fortalecimento); Revitalização dos Conselhos Municipais.

Na segunda oficina, esses eixos foram revisados e foi feita a inclusão de mais uma dimensão, a de infra-estrutura e os eixos ficaram assim definidos:

ECONÔMICO	SOCIO CULTURAL	AMBIENTAL	POLÍTICO INTITUCIONAL	INFRA-ESTRUTURA BÁSICA
- Revitalização dos Castanhais; - Artesanato (Aproveitamento); -Turismo Agro-Ecológico (Agregar valores).	- Educação no Campo; - Revitalização do Folclore; -Fortalecimento do Associativismo/Cooperativismo; - Inclusão digital - Regularização Fundiária; -Campus Universitário no Território	- Reativação dos Seringais; -Revitalização dos Castanhais; -Plano de Manejo dos Produtos Florestais;	- Assistência-Técnica (Estruturação/Fortalecimento) -Revitalização dos Conselhos Municipais.	- Construção e recuperação de estradas vicinais; - Eletrificação urbana e rural; -Saneamento básico; -Telefonia Rural; -Construção de Pontes; -Programa de habitação; Pavimentação das estradas;

II. 3 PROGRAMAS E PROJETOS A PARTIR DOS EIXOS AGLUTINADORES

Neste item inicia-se o detalhamento dos eixos aglutinadores a partir da dimensão **espaço** (unidade familiar, comunitário, municipal, territorial e estadual) das **atividades** necessárias para sua implementação, da(s) **política(s) pública(s)** necessárias para subsidiar sua viabilização e da identificação dos **gestores** dessas políticas ou fontes de financiamentos.

	<u>ESPAÇO</u>	<u>ATIVIDADE</u>	<u>P. PUBLICA</u>	<u>GESTOR</u>
Turismo ecológico e religioso	UNIDADE FAMILIAR	Hospedagem; Alimentação.	PRONAF	Banco Brasil BASA
	COMUNIDADE	Restaurantes; Pousadas; Guias; Lazer; Capacitação	PROINF	MDA/SDT
	MUNICIPIO	Hotéis; Restaurantes; Sistema de transportes; Agências de turismo; Capacitação	ATER / ATEs	INCRA
	TERRITORIO	Hotéis; Restaurantes; Sistema de transportes; Agências de turismo; Capacitação	PROINF	MDA/SDT
	ESTADO	Hotéis; Restaurantes; Sistema de transportes; Agências de turismo	-	-

	<u>ESPAÇO</u>	<u>ATIVIDADE</u>	<u>P.PÚBLICA</u>	<u>GESTOR</u>
Revitalização dos castanhais	UNIDADE FAMILIAR	-Reposição das mudas; -Coleta e armazenamento	Compra antecipada	CONAB
	COMUNITARIO	-Capacitação; Trabalho artesanal dos subprodutos;	ATES	INCRA
	MUNICIPIO	-Unidades de processamento e comercialização -		
	TERRITORIO	Unidades de processamento e comercialização.	PROINF	SDT
	ESTADO	Comercialização		
		<u>ESPAÇO</u>	<u>ATIVIDADE</u>	<u>P.PÚBLICA</u>
Revitalização dos seringais	UNIDADE FAMILIAR	Manejo; Limpeza das estradas; Sangria e coleta; Processamento	PRONAF	Banco do Brasil e Basa.
	COMUNITARIO	Pólo produção; Processamento folha fumada; Folha defumada líquida; Treinamento capacitação	PRONAF ATER / ATES	Banco do Brasil e Basa; INCRA
	MUNICIPIO	Pólo produção; Processamento folha fumada; Folha defumada líquida; Treinamento capacitação.	ATER / ATES	Banco do Brasil e Basa; INCRA
	TERRITORIO	Armazenamento, escoamento, comercialização e industrialização.	PROINF	MDA / SDT

	<u>ESPAÇO</u>	<u>ATIVIDADE</u>	<u>POLITICA PUBLICA</u>	<u>GESTOR</u>
Artesanato	UNIDADE FAMILIAR	Coleta e aproveitamento dos materiais	PRONAF MULHER, JOVEM, B	Banco Brasil; BASA
	COMUNIDADE	Capacitação e assessoramento	ATER	INCRA
	MUNICIPIO	Comercialização		
	TERRITORIO	Capacitação e assessoramento Comercialização		

II. 4 - VISÃO DE FUTURO

A visão de futuro do Território foi definida na 2ª Oficina Territorial e foi construída através de um exercício que buscava estabelecer onde se quer chegar em determinado espaço de tempo e definir o estado desejado que vai nortear o detalhamento do diagnóstico e a definição dos objetivos estratégicos no Plano Territorial.

Assim foram criados dois grupos de trabalho que idealizaram algumas situações para o território em um prazo de 10 anos.

Grupo I:

- Parque Tumucumuque;
- Barco ambulância;
- Saneamento básico;
- Regularização fundiária;
- Escola familiar universitária;
- Agro-indústrias;
- Turismo ecológico;
- Transporte;
- Patrulha mecanizada;
- Pavimentação;
- Eletrificação rural;

- Construção de pontes;
- Sede dos municípios;
- Manutenção dos ramais;
- Telefonia Rural c/inclusão digital.

Grupo II

- Estruturação e reestruturação da assistência médica;
- Educação para todos;
- Incentivo e apoio para criação de peixes;
- Asfaltamento da BR 156- Laranjal a Mazagão;
- Regularização de terras;
- Abertura e funcionamento das vias de acesso p/escoamento da produção;
- Acesso aos créditos p/todos os agricultores(as) familiares
- Eletrificação rural para todos;
- Saneamento básico nas sedes dos municípios e nas comunidades;
- Projetos de habitação implantados nos territórios;
- Meios de comunicação funcionando;
- Organizações funcionando atendendo suas finalidades;
- Certificação produtos florestais e orgânicos?
- Plano de manejo dos recursos naturais;
- Poder público operante;
- Criação de novos municípios;
- Agricultura Familiar não dependente do poder publico de transportes estadual e municipal;
- Organização da produção e industrialização no mercado interno e externo;
- Implantação de faculdades regulares;
- Implantação da educação do campo;
- Assistência técnica e extensão rural de qualidade pública e privada;
- Estruturação do setor público;
- Transformação dos recursos naturais em riquezas através da sociedade territorial;
- Utilização de práticas agroecológicas e não uso do adubo químico;
- Valorizar a cultura do território;
- Construção de estrutura de esporte, cultura e lazer p/o território;
- Segurança publica de qualidade.